

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta Mercantil Class.: Amazônia / Zon. Econômico  
Data: 12/08/92 Pg.: 12 Ecológico  
29

### DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# Governo amplia plano de zoneamento

por Andréa Doré  
de Brasília

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) vai estender a todo território nacional a elaboração do zoneamento ecológico-econômico já promovido na região da Amazônia legal. O governo espera, a partir do levantamento da oferta de energia, infra-estrutura e dos recursos naturais, orientar as políticas públicas e os créditos para atividades que obedeçam ao desenvolvimento sustentável.

O zoneamento na Amazônia começou a ser feito em 1990 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no início de junho último foi concluída a primeira fase. A SAE recebeu o diagnóstico ambiental dos nove estados da região que corresponde a 60% do território brasileiro. O final do trabalho está pre-

visto para junho de 1993. Nesta avaliação foram delimitados os espaços de produção, os sistemas ambientais, descritas a evolução da população e as ações políticas, foram definidas as áreas indígenas protegidas ou extrativistas —, além das bacias hidrográficas e dos recursos energéticos e minerais. O coordenador da comissão de zoneamento ecológico-econômico do território nacional, Herbert Schubart, diz que o relatório "identifica a sustentabilidade e vulnerabilidade da região".

Paralela à avaliação regional, cada estado vem fazendo os seus estudos. A SAE já promoveu convênios com alguns governos. Para o Pará foram repassados Cr\$ 2,6 bilhões, para Roraima Cr\$ 1,5 bilhão e volumes menores para o Maranhão e o Acre. Estes

recursos, segundo Schubart, estão sendo aplicados na compra de equipamentos e treinamento de pessoal.

"Nós queremos sistematizar as informações existentes para orientar os investimentos públicos e privados e a política governamental", afirma o coordenador. Ele destaca que a identificação das áreas ambientais frágeis, daquelas com grande valor biológico e da capacidade econômica de cada região "não terá validade se as políticas públicas não obedecerem às conclusões".

Ao promover a extensão do zoneamento para outras regiões, a comissão foi forçada a analisar outras diretrizes, uma vez que são bastante distintas as condições de ocupação do solo, o esgotamento dos recursos naturais e a capacidade econômica. Em uma reu-

nião promovida na semana passada com representantes de todo o País, a SAE procurou definir as áreas prioritárias de estudo, reunir as informações já existentes e nomear institutos para a coordenação do trabalho pelo governo federal com o auxílio dos governos estaduais.

Diferentemente do que acontece na Amazônia, onde a preocupação se concentra na preservação ambiental, no restante do País a estratégia é no sentido da recomposição ambiental. Schubart lembra que existem fontes de recursos no exterior para investimento no Brasil que só serão canalizadas "com a apresentação de um bom projeto incluindo uma preocupação ambiental sólida".

Para 1993, o orçamento de todo o projeto é de US\$ 60 milhões, mas não há garantia de liberação.